



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**“CONSELHO CONSTITUCIONAL, 20 ANOS EDIFICANDO A JUSTIÇA  
CONSTITUCIONAL”**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E CHEFE DO ESTADO, POR OCASIÃO DA  
COMEMORAÇÃO DO XX ANIVERSÁRIO DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO  
CONSTITUCIONAL.**

**CIDADE DE MAPUTO, 06 DE NOVEMBRO DE 2023**

**Senhora Presidente da Assembleia da República;**

**Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;**

**Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;**

**Digníssima Procuradora Geral da República;**

**Egrégio Provedor de Justiça;**

**Senhor Joaquim Chissano, Antigo Presidente da República, Excelência;**

**Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo;**

**Senhora Ministra e Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;**

**Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;**

**Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;**

**Venerandos Juízes Conselheiros;**

**Reconheço a presença de Antigos Juízes Conselheiros;**

**Senhores Deputados da Assembleia da República;**

**Senhores Membros do Corpo Diplomático, aqui presentes;**

**Magníficos Reitores e Directores Gerais e Instituições de Ensino Superior;**

**Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados;**

**Distintos Convidados Nacionais e Estrangeiros;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

**Compatriotas!**

As nossas primeiras palavras são de saudação a todos os que se congregam nesta sala, para comemorar o XX Aniversário do Conselho Constitucional.

Foi vontade dos organizadores que esta festa fosse marcada com um seminário de balanço, intitulado “*Conselho Constitucional, 20 Anos Edificando a Justiça Constitucional*”.

Os nossos cumprimentos são extensivos a todos os que nos acompanham através de diversas plataformas áudio-visuais. Uma palavra especial vai para os nossos convidados da República Popular e Democrática da Argélia, da República dos Camarões, da República do Djibouti e do Reino do Marrocos. É para nós uma honra recebê-los no nosso País. É nosso desejo que transmitam a vossa experiência neste domínio do constitucionalismo para, em conjunto, identificarmos aquilo que seria um constitucionalismo partilhado, um constitucionalismo fundado na nossa história comum e na diversidade das experiências do nosso continente.

Saudamos, igualmente e de modo particular, os Venerandos Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional, actuais e antigos, nas pessoas dos respectivos Presidentes: a Veneranda Juíza Presidente, Professora Doutora Lúcia da Luz Ribeiro, assim como os seus antecessores, os antigos Venerandos Juízes Presidentes: Doutor Rui Baltazar, precursor deste órgão e decano da justiça moçambicana; o Doutor Luís Mondlane e o Doutor Hermenegildo Gamito. Continuem a inspirar as gerações actuais e futuras. Continuem a partilhar a vossa infinita sabedoria, deixando um legado de que a Nação moçambicana se possa rever e orgulhar. Façam viver o velho ditado: “*Uma vez Juíz, Juíz para toda vida*”.

Nesta sala, reúnem-se, hoje, várias gerações com experiência temporais diversas, mas todas elas comprometidas com o mesmo propósito: o fortalecimento do Estado de direito em Moçambique, testemunhando que uma casa sólida, como é o Conselho Constitucional, se constrói com abnegação, dedicação e elevada competência.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

A Constituição da República define o Conselho Constitucional da seguinte forma (*passo a citar*) “*órgão de soberania ao qual compete especialmente administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional*” (*fim da citação*). Não pode, portanto, existir nenhuma dúvida: a principal missão deste Conselho é ser o “Guardião” da Constituição. “Guardião” é aquele a quem foi confiada a guarda ou a protecção de algo. Ser “Guardião” da Constituição significa, pois, assumir o dever de velar pelo respeito da Constituição em todo o exercício da nossa governação.

A Constituição estabelece os pilares principais do direito e da justiça. A Constituição enuncia os direitos e deveres dos cidadãos e determina, de forma categórica e inequívoca que “*A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem*”.

Clarificar o lugar do Conselho Constitucional é importante, mas não basta. Falta dizer que esta instituição não pode, de forma isolada, garantir o cumprimento, no espírito e na letra, da nossa Constituição. Há um conjunto de instituições e mecanismos que precisam de funcionar de forma conjunta. Só assim o Conselho Constitucional pode exercer a função para a qual foi mandatado.

**Compatriotas;**

**Estimados Convidados!**

De modo a evitar que se torne num instrumento vazio, a Constituição impõe aos órgãos estatais, em geral e ao legislador, em particular, directivas, princípios e limites. Essas são as regras e os mecanismos que concedem coerência e credibilidade ao exercício da Justiça. Um desses mecanismos e, talvez o mais imediato, é a existência de um órgão com competência para confirmar se todas as leis e actos legislativos públicos estão em conformidade com a lei-mãe do nosso Estado de Direito. Esse órgão é, como já dissemos, o Conselho Constitucional.

Quando se diz que este Conselho é o principal “guardião” da Constituição, não estamos a falar de um simples título ou de uma mera designação. O lugar de verdadeiro guardião confirma-se no exercício prático e quotidiano das nossas instituições. Não estamos a falar aqui em entidades formais e abstractas.

Na verdade, o que se pretende proteger são os princípios e os valores que regem o dia a dia da nossa sociedade. O que pretendemos garantir é o respeito pelos direitos fundamentais, com destaque para os direitos de liberdade e os direitos sociais.

Não se pode esperar que o Conselho Constitucional possa sozinho desempenhar o seu papel. Se queremos realmente **fiscalizar a constitucionalidade das leis e da legalidade dos actos normativos**, a responsabilidade recai, em primeira instância, em actores distintos do Conselho Constitucional.

Na verdade, o Conselho Constitucional não dispõe de iniciativa processual. Não a tem e não pode ter, nem em Moçambique, nem em qualquer outro país. Ter iniciativa processual própria seria incompatível com a natureza imparcial do Órgão, porque, a ser assim, estar-se-ia a transmitir a ideia de ser parte interessada na prevenção e na resolução de contenciosos. Ou seja, a eficácia de todo o controlo da constitucionalidade depende do grau de envolvimento e de proactividade de outros actores. Esses outros actores são, em primeiro lugar, a Assembleia da República e o Governo, enquanto órgãos legislativos.

Falemos, então, da **responsabilidade dos tribunais**. Os tribunais judiciais e administrativos devem **controlar a constitucionalidade**, recusando a aplicação, num processo em julgamento, de normas de cuja constitucionalidade suspeitam.

Nesse caso, devem remeter, obrigatoriamente, o pedido de apreciação ao Conselho Constitucional, Órgão que tem a palavra final.

A acrescentar ao que foi dito, o apelo deve ser feito, sobretudo, ao **Presidente da Assembleia da República, aos Deputados, ao Primeiro-Ministro, ao Procurador-Geral da República e ao Provedor de Justiça**.

A intervenção atempada destas entidades é fundamental, porque **apenas quando estas entidades demandam ao Conselho Constitucional a declaração da inconstitucionalidade das leis e da ilegalidade dos actos normativos dos órgãos do Estado, é que as decisões do Conselho Constitucional produzem efeitos obrigatórios e gerais, expurgando a norma ou anulando o acto**.

Daqui se depreende, sem qualquer equívoco, que a guarda da Constituição ocorre, verdadeiramente, quando todas estas entidades promovem uma fiscalização coordenada e sistemática.

Em resumo: fica claro que o Conselho Constitucional ocupa o topo da hierarquia dos tribunais, no que respeita ao controlo da constitucionalidade das leis e da ilegalidade dos actos normativos.

Contudo, o Conselho Constitucional nada pode fazer sem a iniciativa das entidades referidas.

Por tudo o que acima dissemos, é de se concluir que a edificação da justiça constitucional é um processo colaborativo.

Somos todos chamados a dar o nosso contributo para o fortalecimento deste órgão e consequente consolidação do Estado de Direito Democrático.

### **Compatriotas!**

As instituições são como as pessoas. Nem as instituições, nem as pessoas podem comprar o respeito. O bom nome e a boa reputação não estão à venda. Os nossos tribunais podem ter uma boa aparência e estarem bem apetrechados. Os nossos juízes e juízas podem envergar as suas vestes mais solenes, mas tudo isso não valerá nada, se o nosso sistema de justiça não for credível, se os nossos juízes não forem respeitados.

E é preciso dizer, caros compatriotas, que a credibilidade da justiça não é, em nenhum país do mundo, um dado adquirido. Não é nunca uma conquista definitiva. Todos os dias, em todos os tribunais, há uma luta entre o bem e o mal, uma luta entre a corrupção e a integridade moral.

Essa luta é feita por ferramentas impessoais que são as leis. Mas é feita, sobretudo, por pessoas. É preciso que haja garantias de que leis e pessoas fazem o que deve ser feito. É preciso um sistema institucional eficaz e transparente que nos assegure que os justos, os violentados e os ofendidos não serão derrotados.

A justiça não pode ter soluções antecipadas. As pessoas e a sociedade têm de acreditar na Justiça. Para acreditarem, têm de ver o crime a ser punido e o bem a sair vencedor. Têm de saber que não é por se ser rico ou poderoso que se vai ganhar a causa. Têm de saber, na mesma medida, que não é por se ser pobre ou fraco que se deve ser atribuído razão.

O nosso sistema de justiça deve ser a garantia de que, por via da honestidade e da transparência, a verdade e a justiça devem sair sempre vencedoras.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Hoje é dia de festa. Por isso, em jeito de fecho, permitam-me acrescer que, embora seja uma instituição jovem, o Conselho Constitucional soube conquistar o seu espaço e enfrentou desafios de superação.

Por essa razão, reiteramos, a todos vós, Venerandos Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional, o nosso comprometimento incondicional com a construção duma Justiça Moçambicana forte, eficiente, eficaz e credível.

Da nossa parte, contem com o nosso respeito, solidariedade institucional e o compromisso de tudo fazermos para o cumprimento integral do Programa de Governação que o Povo sufragou para este sector.

Temos a certeza de que o evento não será apenas mais um seminário. Os debates que irão acontecer serão abertos e contundentes com o objectivo único de melhorar o desempenho do Conselho Constitucional. Estou certo de que a natureza e o impacto desses debates irão extravasar o âmbito deste seminário. O que aqui se vier a debater irá enriquecer a nossa jovem democracia e a construção da rede de instituições que, no conjunto, asseguram que o bem público seja respeitado por todos, no nosso país.

Termino, endereçando ao Conselho Constitucional as nossas felicitações pela passagem do vigésimo aniversário do início das suas funções.

Com estas palavras, **declaro aberto o Seminário comemorativo do “*Conselho Constitucional, 20 Anos Edificando a Justiça Constitucional*”**

**Pela atenção dispensada, muito obrigado!**